

# **Mundialização do capital, desigualdade social e políticas sociais neoliberais na América Latina com especial atenção aos casos do Brasil e do Chile (1990 – 2010).**

Avance de investigación em curso

GT 08: Desigualdad, vulnerabilidad y exclusión social

Adilson Marques Gennari, Lenita Alves Magán, Rafael Carneiro

## **Abstract**

O mundo contemporâneo tem experimentado um conjunto de mudanças estruturais que têm impactado profundamente a sociedade. Os impactos são profundos tanto no mundo do trabalho, quanto na configuração do capital. Nesse contexto, os países da América Latina vêm se tornando palco de diversas experiências de aplicação de novas formas de política econômica e de políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade social geralmente aceitas e financiadas com fundos de agências e bancos internacionais. Estas novas modalidades de políticas sociais no contexto de políticas macroeconômicas de talhe neoliberal guardam algumas características peculiares nas diversas experiências nacionais. O objetivo deste trabalho é apresentar algumas dessas experiências em especial os casos do Chile (Sistema de Proteção Social Chile Solidário) e do Brasil (Programa Bolsa Família) e seus impactos nos principais indicadores socioeconômicos relativos à variação da pobreza absoluta bem como na desigualdade social. É possível observar que no Chile e no Brasil vem ocorrendo, em termos gerais, uma abrupta redução da pobreza absoluta, representada não apenas nos indicadores de população abaixo da linha da pobreza, mas também nos indicadores de mortalidade infantil e de expectativa de vida da população. Por outro lado, verifica-se uma redução relativa, mas menos pronunciada nos indicadores relativos à desigualdade social, principalmente no que tange ao índice de Gini e ao IDH, o que levanta expectativas e dúvidas sobre a eficácia de tais políticas em seus impactos nas estruturas sociais e econômicas vigentes.

**Palavras chave:** mundialização do capital; desigualdade social; políticas sociais

## **1. Introdução:**

As sociedades modernas possuem desde as suas origens alguns elementos estruturantes no sentido de que mesmo sofrendo significativas alterações históricas preservam alguns de seus elementos essenciais: Em primeiro lugar, podemos considerar: a) a concorrência capitalista; b) a luta entre as classes, as lutas entre frações de classes e as lutas intra-classes sociais; c) a tendência à concentração e centralização do capital em nível global; d) a defesa da propriedade privada dos meios de produção como valor universal e inquestionável. Já outros aspectos ganham a dimensão de geradores de grandes polêmicas e debates, se considerados como fatores estruturais e estruturantes das sociedades modernas tais como: a desigualdade social e a pobreza.

É inquestionável que a pobreza e a desigualdade social assumem novas formas a partir do desenvolvimento da sociedade moderna. Se considerarmos a hipótese sobre um aspecto econômico central da sociedade capitalista, de que o objetivo da produção e do investimento capitalista é fundamentalmente a geração do lucro para o capital, e se considerarmos que a origem do lucro é uma parte do trabalho coletivo das classes trabalhadoras que é apropriado privadamente pelas classes proprietária dos meios de produção, ou seja, capitalistas, é possível concluir-se facilmente que a desigualdade social é também inerente à sociedade moderna, já que não poderia haver excedente ou lucro sem que alguma classe transferisse parte do trabalho gerado para outra. Assim, a desigualdade

social seria gerada no seio mesmo da sociedade, ou seja, seria parte do seu cerne tanto quanto os outros aspectos acima arrolados. Nesta perspectiva, a origem histórica da desigualdade social e da pobreza moderna possui várias facetas, tais como os fatores estruturantes das sociedades modernas acima apontados e algumas de suas manifestações históricas, como todo o processo de cercamentos e a criação de uma superpopulação excedente para o capital, que no mundo capitalista globalizado da contemporaneidade ganhou a característica de desemprego estrutural involuntário somado a crescentes formas de precarização, flexibilização concomitante ao desenvolvimento de formas degradadas de trabalho e à criação de um “subproletariado”, “nova classe baixa”, “proletariado *macdonalds*” e etc. Esses “pobres” e “novos pobres”, pertencentes às classes sociais desfavorecidas e parte das classes trabalhadoras, são o objeto e os sujeitos alvo das políticas sociais dos governos, como forma de atenuar ou amenizar o sofrimento de milhões de pessoas ou, no caso da América Latina, cerca de um terço de sua população (considerando-se os parâmetros estabelecidos pelo Banco Mundial).

A virada do milênio representa um momento de grandes transformações. Fatos marcantes como a queda do muro de Berlim ou como o fim do Império português com a volta de Macau para a China são ofuscados dada sua imersão num universo de transformações estruturais cuja origem remontam aos anos 1970. Crise do sistema de Bretton Woods. Crise do padrão de financiamento da acumulação de capital. Crise da forma de ser do capitalismo do pós-guerra. Crise da matriz produtiva baseada na segunda revolução industrial e introdução das novas formas de produção da nova acumulação molecular digital. A microeletrônica e a informática distinguem-se das transformações tecnológicas anteriores posto que incidem sobre todo o tecido econômico e crescentemente sobre o tecido social. Assim pôde se generalizar e ganhar o status de revolução tecnológica.

## **2. Aspectos do processo de globalização do capital:**

A crise atual do capital é a base tanto do ideário neoliberal quanto da busca de lucratividade pelos capitais globais. As ideias neoliberais ganham a dimensão de ideário do processo de globalização, na medida em que os capitais globais necessitam de flexibilidade, desregulamentação e destruição das amarras impostas pelos trabalhadores e seus sindicatos a impor limites ao livre fluxo de capitais e à superexploração do trabalho. A crise geral, resultado da luta de classes e da concorrência entre os capitalistas, acaba por impor novos padrões tecnológicos e novas formas de exploração que reinventam a tecnologia e as formas de produzir. Inesperadamente, a busca por mais valia relativa e absoluta reinventam a geografia mundial, e colocam a China como a grande fábrica do mundo. Assim, ao deslocar a força de trabalho necessária ao capital, a Europa vê-se envolta a uma grande crise estrutural. O velho capital necessita, de preferência, de força de trabalho superexplorável, ou seja, não lhe apetece um Estado do Bem Estar Social incapaz de lhe garantir exuberantes taxas de exploração. Assim, o capital reinventa a geografia econômica ao deslocar-se prioritariamente para a China (com monumentais contingentes populacionais aptos à superexploração) e a outros países do globo, que apesar de secularmente engajados na acumulação de capitais, pelo menos desde o período mercantilista, são agora denominados pelos disciplinados economistas das agências de fomento e regulação por “emergentes”.

O que entendemos por globalização refere-se a fenômenos relativos à reordenação capitalista que foi sendo desenvolvida com medidas concretas de política econômica como uma determinada resposta à crise estrutural capitalista da década de 1970. Segundo Chesnays (1997: 13-14) a partir de 1978, a burguesia mundial, conduzida pelos norte-americanos e pelos britânicos, empreendeu em proveito próprio, com maiores e menores graus de sucesso, a modificação internacional, e a partir daí, no quadro de praticamente todos os países, das relações políticas entre as classes. Começou então a dismantelar as instituições e estatutos que materializavam o estado anterior das relações. As políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que os Estados capitalistas adotaram um após o outro, desde o advento dos governos Thatcher em 1979 e Reagan em 1980, devolveram ao

capital a liberdade, que havia perdido desde 1914, para mover-se à vontade no plano internacional, entre países e continentes.

Pode-se afirmar com alguma segurança que uma das escolas de pensamento mais influentes no debate mundial e acadêmico atual é a chamada escola sociológica reflexiva, construída principalmente pelas penas de Giddens, Beck e Lash (2000). Na interpretação de Ulrich Beck (2000), após a queda do muro de Berlim transitamos de uma modernização simples para uma modernização reflexiva onde os sujeitos da ação passam a ser os novos movimentos sociais, tais como o feminismo e o movimento ecológico e principalmente a ação dos indivíduos, num chamado processo de individuação propiciado pelas mudanças da produção rígida fordista para a produção flexível. Tudo isto se dá num ambiente, ou numa sociedade do risco onde todas as ações dos indivíduos reflexivos estão eivadas dos perigos de uma sociedade de alta tecnologia.

Scott Lash (2000), por seu turno, entende que em Giddens e em Beck a agência vai se libertando da estrutura, na medida em que vai avançando a produção flexível, o que torna possível a flexibilidade do sujeito. Entretanto, Lash (2000) problematiza o surgimento de um “massivo proletariado *MacDonald’s*” e questiona como seus membros poderão ser reflexivos, ou seja, lança a ideia do surgimento de um operariado de “perdedores da reflexividade” com a seguinte questão: “o que se passa com todas essas novas posições que foram ‘rebaixadas’ a um nível inferior ao da clássica classe operária?” (LASH, 2000: 115)

Isto posto, Lash (2000: 115) apresenta a ideia de que novas desigualdades emergem no capitalismo globalizado. Para ele, “para explicar estas desigualdades sistemáticas do nosso globalizado capitalismo de informação, assim como as desigualdades sistemáticas entre nações centrais e periféricas, devemos (...) discutir as condições estruturais da modernidade.” Nesta perspectiva, para o autor, o que sustenta as estruturas sociais no mundo contemporâneo, ou seja, na reflexividade, é uma teia de redes globais e locais de estruturas de informação e de comunicação.

Assim, as oportunidades de vida, ou seja, o que decidirá quem serão os ganhadores e os perdedores no mundo contemporâneo, depende da posição dos sujeitos em relação ao “modo de informação”. Ao contrário da superada produção capitalista de tipo fordista, na produção reflexiva há um contexto simultâneo de fluxo de conhecimento e fluxo de informação, que formam a base da produção, dando ensejo ao surgimento de uma “nova classe operária reflexiva” em contraste com a “velha classe operária fordista”. O que caracteriza a nova classe operária reflexiva, segundo Scott Lash (2000), é que ela trabalha dentro das estruturas de informação e comunicação (C&I). Nestas estruturas, as mercadorias são produzidas e são produtos de um misto de informação e materialidade, na medida em que a acumulação de capital é cada vez mais simultaneamente acumulação de informação, de símbolos e de imagens.

A mutação nas estruturas de produção foi acompanhada *pari passu* por mudanças nas estruturas sociais. Neste aspecto, verifica-se o aumento da pequena burguesia (classe média) e a retração da classe operária. Segundo Lash (2000: 124), a nova classe operária reflexiva, “está paradigmaticamente associada às estruturas de informação e comunicação (C&I) de três formas: como consumidores recentemente individualizados; como utilizadores de meios informatizados de produção e como produtores de bens de consumo, (...) que funcionam como meios de produção e de consumo dentro das estruturas I & C”.

Se tanto a nova classe média quanto a nova classe operária estão articuladas e são formadas nas novas estruturas de C&I e, portanto, são os vencedores da nova modernidade reflexiva, então quem são os pobres, os miseráveis, os desempregados de longa duração, os operários aquém da velha classe operária fordista, os moradores dos guetos e das periferias esquecidas pela nova sociedade de informação? O raciocínio de Lash (2000) encaminha-se para esta indagação e “resolva-a” com a utilização da teoria da sub-classe de W. J. Wilson. Para Lash (2000) emerge das profundezas da nova modernidade uma terceira classe social de “perdedores da reflexividade”, ou seja, surge também uma nova classe baixa composta por pobres, moradores dos guetos, setores polarizados e excluídos da sociedade da informação. O que os caracteriza é a exclusão do acesso às estruturas de I & C, que é agravada pelo fato do próprio Estado moderno também pertencer a tais

estruturas e, portanto, é um ente ausente dos bairros e dos guetos onde vive a “nova classe baixa” ou o “operariado *MacDonald’s*”.

Neste contexto um dos aspetos essenciais desta transformação decorre, por exemplo, do fato de o chamado capital virtual ter a capacidade de extrair o excedente econômico no ato do uso da força de trabalho, de maneira que o trabalho abstrato não necessita se materializar em alguma mercadoria na forma de trabalho concreto para depois de realizada (vendida) voltar a compor a massa de capital aumentada (valorizada).

É um fato que a produção atual está subsumida à lógica do capital financeiro, que conquistou liberdade de movimento global e trafega à “velocidade da luz” pelos chamados mercados. Mas aí não está o cerne da questão ou a essência da mudança. Segundo Francisco de Oliveira (2006b: 274), o capitalismo atual se pauta por

um capital de imagens que torna a marca seu principal *atout* comandado por uma digitalização e molecularização que mudou radicalmente a linguagem e as referências do próprio cotidiano e permite uma forma de capital que atua como virtual, isto é, capaz de extrair mais-valia no momento do uso da força de trabalho, sem os constrangimentos da era industrial, que criaram a virtualidade da classe que, nos termos de Thompson, requer, sempre, sua própria autoinvenção. É a forma suprema do trabalho abstrato, afinal, lograda pelo sistema capitalista.

Com efeito, no capital virtual, a mercadoria pode ser também virtual, assim como o próprio ambiente de trabalho, ou seja, pode ser um “serviço”, um “feito útil”, uma “marca”, uma “imagem”, cuja produção é simultânea à realização. É assim que o capital virtual “abre mão” da fábrica para a produção de valor (OLIVEIRA, 2006).

Os direitos sociais, fortemente influenciados pelas conjunturas políticas e econômicas começam deste modo a ser questionados, podendo transformar-se em meros benefícios para os mais desfavorecidos, sob uma ótica de emergência e de controlo social, fortemente penalizante, nomeadamente, para todos aqueles que, embora pobres no sentido efetivo não o são “por decreto”, isto é, à luz da definição legal dos limiares de pobreza. Neste caso enquadram-se por exemplo todos aqueles que trabalham e que devido aos baixos salários que auferem e à precariedade dos vínculos laborais não deixam de ser pobres, mas que não são reconhecidos como tal pelos sistemas de proteção social.

Este “neopauperismo” (associado sobretudo aos muito baixos rendimentos e à pobreza relativa de uma parte crescente da classe trabalhadora), acompanhado da precarização das relações sociais e laborais colocam, hoje, em primeira linha, quer os desafios para os sistemas de proteção social de uma solidariedade “sem véus”, associada às possibilidades de manutenção de direitos e de pressupostos de dignidade para verdadeiros exércitos de desempregados sobrenumerários e de *working poors*, quer as bases de um contrato social cujos fundamentos se tornam cada vez mais questionáveis. (Gennari & Albuquerque, 2012)

Para o pensamento social crítico de Istvan Mészáros, o atual processo de globalização capitalista aprofunda também as contradições próprias à relação social “capital”. Segundo Mészáros (1997: 152) o capital

necessita expandir-se apesar e em detrimento das condições necessárias para a vida humana, levando aos desastres ecológicos e ao desemprego crônico, isto é, à destruição das condições básicas para a reprodução do metabolismo social. (...) Um sistema de reprodução não pode se auto condenar mais enfaticamente do que quando atinge o ponto em que as pessoas se tornam supérfluas ao seu modo de funcionamento.

### **3. Aspectos da pobreza e desigualdade social na América Latina:**

O critério mais utilizado para definir pobreza é aquele apresentado pelo Banco Mundial. Nos

termos dessa instituição, um indivíduo é considerado pobre quando tem que sobreviver com menos de dois dólares por dia e extremamente pobre quando está obrigado pelas circunstâncias sociais a sobreviver com menos de um dólar por dia. Atualmente estima-se que no mundo existem mais de dois bilhões e meio de indivíduos vivendo com menos de dois dólares por dia, e cerca de um bilhão e cem milhões de indivíduos sobrevivendo na extrema pobreza, ou seja, com menos de um dólar por dia. Pode-se avaliar os níveis de pobreza e extrema pobreza de um país ou de uma região observando-se os dados disponíveis sobre a “população abaixo da linha da pobreza”.

Já a pobreza relativa diz respeito à capacidade dos indivíduos ou famílias de satisfazerem suas necessidades em relação à distribuição de renda ou nível de consumo de determinado país ou região. Um indivíduo pode não ser considerado pobre pelos critérios geralmente aceitos, entretanto, dentro de determinada sociedade ele ou sua família pode ser relativamente pobre. A pobreza relativa pode ser avaliada tomando-se os dados disponíveis do “índice de Gini” dos países. Também podemos avaliar as condições socioeconômicas de uma população observando-se os dados disponíveis do “Índice de Desenvolvimento Humano” da ONU proposto pelo economista indiano Amartya Sen e muito utilizado ao redor do mundo pois leva em consideração não apenas a renda monetária com a qual os indivíduos vivem mas também as condições sociais locais de saúde, educação e esperança de vida.

### Tabela I

IDH de alguns países da América Latina

País	1990	2000	2010	Argentina	0.70	0.75	0.79	Bolívia	0.56	0.61	0.66	Brasil	
	1990	2000	2010	Argentina	0.70	0.75	0.79	Bolívia	0.56	0.61	0.66	Brasil	0.60
	2000	2010	Argentina	0.70	0.75	0.79	Bolívia	0.56	0.61	0.66	Brasil	0.60	0.67
	.72	Chile	0.70	0.75	0.80	Colômbia	0.59	0.65	0.71	Equador	0.64	0.67	0.72
	2010	Argentina	0.70	0.75	0.79	Bolívia	0.56	0.61	0.66	Brasil	0.60	0.67	0.72
	Argentina	0.70	0.75	0.79	Bolívia	0.56	0.61	0.66	Brasil	0.60	0.67	0.72	Chile
	0.70	0.75	0.80	Colômbia	0.59	0.65	0.71	Equador	0.64	0.67	0.72	México	0.6
	5	0.72	0.77	Paraguai	0.57	0.61	0.66	Peru	0.61	0.69	0.71	Uruguai	0.69
	Argentina	0.70	0.75	0.79	Bolívia	0.56	0.61	0.66	Brasil	0.60	0.67	0.72	Chile
	0.70	0.75	0.80	Colômbia	0.59	0.65	0.71	Equador	0.64	0.67	0.72	México	0.65
	.72	0.77	Paraguai	0.57	0.61	0.66	Peru	0.61	0.69	0.71	Uruguai	0.69	0.74
	0.78	Venezuela (R. B.)	0.63	0.66	0.73								

Fonte:

ONU.

[Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

0.70	0.75	0.79	Bolívia	0.56	0.61	0.66	Brasil	0.60	0.67	0.72	Chile	0.70	0.75
0.75	0.79	Bolívia	0.56	0.61	0.66	Brasil	0.60	0.67	0.72	Chile	0.70	0.75	0.80
0.79	Bolívia	0.56	0.61	0.66	Brasil	0.60	0.67	0.72	Chile	0.70	0.75	0.80	Colômbia
0.59	0.65	0.71	Equador	0.64	0.67	0.72	México	0.65	0.72	0.77	Paraguai		
Bolívia	0.56	0.61	0.66	Brasil	0.60	0.67	0.72	Chile	0.70	0.75	0.80	Colômbia	
Bolívia	0.56	0.61	0.66	Brasil	0.60	0.67	0.72	Chile	0.70	0.75	0.80	Colômbia	0.
59	0.65	0.71	Equador	0.64	0.67	0.72	México	0.65	0.72	0.77	Paraguai	0.57	0.
61	0.66	Peru	0.61	0.69	0.71	Uruguai	0.69	0.74	0.78	Venezuela			
(R. B.)	0.63	0.66	0.73										

Fonte: ONU. [Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

0.56	0.61	0.66	Brasil	0.60	0.67	0.72	Chile	0.70	0.75	0.80	Colômbia	0.59	0.65
0.71	Equador	0.64	0.67	0.72	México	0.65	0.72	0.77	Paraguai	0.57	0.61	0.66	
Peru	0.61	0.69	0.71	Uruguai	0.69	0.74	0.78	Venezuela					
(R. B.)	0.63	0.66	0.73										

Fonte: ONU. [Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

0.61	0.66	Brasil	0.60	0.67	0.72	Chile	0.70	0.75	0.80	Colômbia	0.59	0.65	0.71
Equador	0.64	0.67	0.72	México	0.65	0.72	0.77	Paraguai	0.57	0.61	0.66	Pe	

ru 0.61 0.69 0.71 Uruguai 0.69 0.74 0.78 Venezuela (R. B.) 0.63 0.66 0.73  
 0.66 Brasil 0.60 0.67 0.72 Chile 0.70 0.75 0.80 Colômbia 0.59 0.65 0.71 E  
 quador 0.64 0.67 0.72 México 0.65 0.72 0.77 Paraguai 0.57 0.61 0.66 Peru 0  
 .61 0.69 0.71 Uruguai 0.69 0.74 0.78 Venezuela (R. B.) 0.63 0.66 0.73

Fonte: ONU. [Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

Brasil 0.60 0.67 0.72 Chile 0.70 0.75 0.80 Colômbia 0.59 0.65 0.71 Equador  
 0.64 0.67 0.72 México 0.65 0.72 0.77 Paraguai 0.57 0.61 0.66 Peru 0.61 0.  
 69 0.71 Uruguai 0.69 0.74 0.78 Venezuela (R. B.) 0.63 0.66 0.73

Fonte: ONU. [Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

Brasil 0.60 0.67 0.72 Chile 0.70 0.75 0.80 Colômbia 0.59 0.65 0.71 Equador  
 0.60 0.67 0.72 Chile 0.70 0.75 0.80 Colômbia 0.59 0.65 0.71 Equador 0.64 0.  
 67 0.72 México 0.65 0.72 0.77 Paraguai 0.57 0.61 0.66 Peru 0.61 0.69 0.71  
 0.67 0.72 Chile 0.70 0.75 0.80 Colômbia 0.59 0.65 0.71 Equador 0.64 0.67 0.  
 72 México 0.65 0.72 0.77 Paraguai 0.57 0.61 0.66 Peru 0.61 0.69 0.71 Uru  
 guai 0.69 0.74 0.78 Venezuela (R. B.) 0.63 0.66 0.73

Fonte: ONU.

[Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

0.72 Chile 0.70 0.75 0.80 Colômbia 0.59 0.65 0.71 Equador 0.64 0.67 0.72  
 Chile 0.70 0.75 0.80 Colômbia 0.59 0.65 0.71 Equador 0.64 0.67 0.72 Méxic  
 o 0.65 0.72 0.77 Paraguai 0.57 0.61 0.66 Peru 0.61 0.69 0.71 Uruguai 0.69  
 Chile 0.70 0.75 0.80 Colômbia 0.59 0.65 0.71 Equador 0.64 0.67 0.72 México  
 0.65 0.72 0.77 Paraguai 0.57 0.61 0.66 Peru 0.61 0.69 0.71 Uruguai 0.69 0.  
 74 0.78 Venezuela (R. B.) 0.63 0.66 0.73

Fonte: ONU.

[Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

0.70 0.75 0.80 Colômbia 0.59 0.65 0.71 Equador 0.64 0.67 0.72 México 0.65  
 0.72 0.77 Paraguai 0.57 0.61 0.66 Peru 0.61 0.69 0.71 Uruguai 0.69 0.74 0.  
 78 Venezuela (R. B.) 0.63 0.66 0.73

Fonte: ONU.

[Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

0.75 0.80 Colômbia 0.59 0.65 0.71 Equador 0.64 0.67 0.72 México 0.65 0.72  
 0.77 Paraguai 0.57 0.61 0.66 Peru 0.61 0.69 0.71 Uruguai 0.69 0.74 0.78  
 0.80 Colômbia 0.59 0.65 0.71 Equador 0.64 0.67 0.72 México 0.65 0.72 0.77  
 Paraguai 0.57 0.61 0.66 Peru 0.61 0.69 0.71 Uruguai 0.69 0.74 0.78 Venez  
 uela (R. B.) 0.63 0.66 0.73

Fonte: ONU. [Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles).

Acesso em 22.jan.2013.

Colômbia 0.59 0.65 0.71 Equador 0.64 0.67 0.72 México 0.65 0.72 0.77 Par  
 aguai 0.57 0.61 0.66 Peru 0.61 0.69 0.71 Uruguai 0.69 0.74 0.78 Venezuela  
 (R. B.) 0.63 0.66 0.73

Fonte: ONU. [Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles).

Acesso em 22.jan.2013.

Colômbia 0.59 0.65 0.71 Equador 0.64 0.67 0.72 México 0.65 0.72 0.77 Parag  
 uai 0.57 0.61 0.66 Peru 0.61 0.69 0.71 Uruguai 0.69 0.74 0.78 Venezuela (R.  
 B.) 0.63 0.66 0.73

Fonte: ONU. [Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso

em 22.jan.2013.

0.59 0.65 0.71 Equador 0.64 0.67 0.72 México 0.65 0.72 0.77 Paraguai 0.57  
 0.65 0.71 Equador 0.64 0.67 0.72 México 0.65 0.72 0.77 Paraguai 0.57 0.61  
 0.71 Equador 0.64 0.67 0.72 México 0.65 0.72 0.77 Paraguai 0.57 0.61 0.66  
 Equador 0.64 0.67 0.72 México 0.65 0.72 0.77 Paraguai 0.57 0.61 0.66 Peru  
 0.61 0.69 0.71 Uruguai 0.69 0.74 0.78 Venezuela (R. B.) 0.63 0.66 0.73

Fonte: ONU. [Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

Equador 0.64 0.67 0.72 México 0.65 0.72 0.77 Paraguai 0.57 0.61 0.66 Peru  
 0.64 0.67 0.72 México 0.65 0.72 0.77 Paraguai 0.57 0.61 0.66 Peru 0.61 0.69  
 0.71 Uruguai 0.69 0.74 0.78 Venezuela (R. B.) 0.63 0.66 0.73

Fonte: ONU. [Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.



[Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

0.78 Venezuela (R. B.) 0.63 0.66 0.73 Fonte: ONU.

[Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

Venezuela (R. B.) 0.63 0.66 0.73 Fonte: ONU.

[Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

Venezuela (R. B.) 0.63 0.66 0.73 Fonte: ONU.

[Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

0.63 0.66 0.73 Fonte: ONU. [Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

0.66 0.73 Fonte: ONU. [Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

0.73 Fonte: ONU. [Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

Fonte: ONU. [Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

Fonte: ONU. [Http://hdr.undp.org/en/data/profiles](http://hdr.undp.org/en/data/profiles). Acesso em 22.jan.2013.

Os dados demonstram que a evolução do IDH da região foi relativamente moderada na maioria dos países. Entretanto, cabe apontar que principalmente países como Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela experimentaram melhorias significativas nesse quesito, provavelmente fruto da elevação recente dos gastos sociais, não necessariamente apenas àqueles ligados diretamente às políticas e programas de transferências de renda, mas também a programas de gastos com aposentadorias e outros tipos de programas de “inclusão social” nas áreas de moradia popular, capacitação, etc.

As análises sobre pobreza e desigualdade social dada a público no recente documento da CEPAL informam que em 2009

a região da América Latina e Caribe experimentou uma queda do produto por habitante de 3%, no contexto de uma crise internacional generalizada. Esta contração afetou a maioria dos países da região, particularmente El Salvador, Honduras, México, Paraguai e a República Bolivariana da Venezuela. No entanto, à diferença de outras crises anteriores, nesta ocasião as políticas públicas assumiram um papel preponderante para evitar um impacto maior nas condições de trabalho e sociais. (CEPAL, 2010: 11)

No mesmo relatório os dados demonstram que a pobreza sofreu um pequeno aumento na região no mesmo ano de 2009. Segundo a CEPAL,

Nesse mesmo ano a incidência da pobreza alcançou 33,1% da população da região, incluindo 13,3% de pessoas em condições de pobreza extrema ou indigência. Estas cifras se traduzem em 183 milhões de pessoas pobres e 74 milhões de indigentes (veja o gráfico 1). Em relação a 2008, a pobreza mostrou um leve retrocesso, equivalente a um aumento de 0,1 pontos percentuais, o que mostra uma disposição e uma capacidade muito mais enérgica dos países para conter os efeitos sociais da crise, em comparação com outras situações análogas produzidas em crises anteriores. O incremento da pobreza extrema foi um pouco maior e representou 0,4 pontos percentuais. Tanto o número de pobres quanto de indigentes aumentaram em três milhões de pessoas”. (CEPAL, 2010: 11).

Levando-se em consideração os dados de 2010 verifica-se uma ligeira melhora nos indicadores de pobreza e indigência conforme demonstrado no gráfico abaixo

No que tange à desigualdade social, segundo o documento *Panorama Social da América Latina* da CEPAL (2012),

Uno de los grandes desafíos que continúa enfrentando América Latina es la reducción de los elevados niveles de desigualdad en la distribución del ingreso prevalecientes en la región. En la mayoría de los países se observa que un conjunto reducido de la población acumula una gran proporción de todos los ingresos generados, mientras que los más pobres sólo alcanzan a recibir una escasa porción. El promedio simple de los valores de



los 18 países de los que se cuenta con información relativamente reciente indica que el 10% más rico de la población recibe el 32% de los ingresos totales, mientras que el 40% más pobre recibe el 15%.

A tabela II apresenta o índice de gini de alguns países da América Latina. Os dados demonstram que o nível de concentração dos países em questão é considerado de médio para alto. Em quase uma década abrangida pelos dados podemos inferir que a luta contra a concentração de renda está longe de estar vencida na região. A maior parte dos países, mesmo aqueles conviveram com a implementação de robustas políticas sociais de transferência de renda, apresenta moderado e muito baixa melhoria na evolução da má distribuição de renda em seus países.

## Tabela II

### Índice de Gini<sup>1</sup>

País	Ano/Coef.Gini	(b)	Ano/Coef.Gini	(c)	Argentina	(b)	1999 = 0.539	2010 = 0.509	Bolívia	1999 = 0.586	2007 = 0.499	Brasil	2001 = 0.639	2009 = 0.576	Chile	2000 = 0.564	2009 = 0.524	Colômbia	1999 = 0.572	2010 = 0.578	Costa Rica	1999 = 0.473	2010 = 0.492	México	2000 = 0.542	2010 = 0.481	Paraguai	2001 = 0.558	2010 = 0.533	Peru	2001 = 0.525	2010 = 0.458	Uruguai	1999 = .....	2010 = 0.422	Venezuela (R. B.)	1999 = 0.498	2010 = 0.394	a) Fonte: CEPAL.
------	---------------	-----	---------------	-----	-----------	-----	--------------	--------------	---------	--------------	--------------	--------	--------------	--------------	-------	--------------	--------------	----------	--------------	--------------	------------	--------------	--------------	--------	--------------	--------------	----------	--------------	--------------	------	--------------	--------------	---------	--------------	--------------	-------------------	--------------	--------------	------------------

*Anuário Estatístico*, 2010, pg. 70.

Ano/Coef.Gini	(b)	Ano/Coef.Gini	(c)	Argentina	(b)	1999 = 0.539	2010 = 0.509	Bolívia	1999 = 0.586	2007 = 0.499	Brasil	2001 = 0.639	2009 = 0.576	Chile	2000 = 0.564	2009 = 0.524	Colômbia	1999 = 0.572	2010 = 0.578	Costa Rica	1999 = 0.473	2010 = 0.492	México	2000 = 0.542	2010 = 0.481	Paraguai	2001 = 0.558	2010 = 0.533	Peru	2001 = 0.525	2010 = 0.458	Uruguai	1999 = .....	2010 = 0.422	Venezuela (R. B.)	1999 = 0.498	2010 = 0.394	a) Fonte: CEPAL.
---------------	-----	---------------	-----	-----------	-----	--------------	--------------	---------	--------------	--------------	--------	--------------	--------------	-------	--------------	--------------	----------	--------------	--------------	------------	--------------	--------------	--------	--------------	--------------	----------	--------------	--------------	------	--------------	--------------	---------	--------------	--------------	-------------------	--------------	--------------	------------------

*Anuário Estatístico*, 2010, pg. 70.

Ano/Coef.Gini	(c)	Argentina	(b)	1999 = 0.539	2010 = 0.509	Bolívia	1999 = 0.586	2007 = 0.499	Brasil	2001 = 0.639	2009 = 0.576	Chile	2000 = 0.564	2009 = 0.524	Colômbia	1999 = 0.572	2010 = 0.578	Costa Rica	1999 = 0.473	2010 = 0.492	México	2000 = 0.542	2010 = 0.481	Paraguai	2001 = 0.558	2010 = 0.533	Peru	2001 = 0.525	2010 = 0.458	Uruguai	1999 = .....	2010 = 0.422	Venezuela (R. B.)	1999 = 0.498	2010 = 0.394	a) Fonte: CEPAL.
---------------	-----	-----------	-----	--------------	--------------	---------	--------------	--------------	--------	--------------	--------------	-------	--------------	--------------	----------	--------------	--------------	------------	--------------	--------------	--------	--------------	--------------	----------	--------------	--------------	------	--------------	--------------	---------	--------------	--------------	-------------------	--------------	--------------	------------------

*Anuário Estatístico*, 2010, pg. 70.

Argentina	(b)	1999 = 0.539	2010 = 0.509	Bolívia	1999 = 0.586	2007 = 0.499	Brasil	2001 = 0.639	2009 = 0.576	Chile	2000 = 0.564	2009 = 0.524	Colômbia	1999 = 0.572	2010 = 0.578	Costa Rica	1999 = 0.473	2010 = 0.492	México	2000 = 0.542	2010 = 0.481	Paraguai	2001 = 0.558	2010 = 0.533	Peru	2001 = 0.525	2010 = 0.458	Uruguai	1999 = .....	2010 = 0.422	Venezuela (R. B.)	1999 = 0.498	2010 = 0.394	a) Fonte: CEPAL.
-----------	-----	--------------	--------------	---------	--------------	--------------	--------	--------------	--------------	-------	--------------	--------------	----------	--------------	--------------	------------	--------------	--------------	--------	--------------	--------------	----------	--------------	--------------	------	--------------	--------------	---------	--------------	--------------	-------------------	--------------	--------------	------------------

*Anuário Estatístico*, 2010, pg. 70.

Argentina	(b)	1999 = 0.539	2010 = 0.509	Bolívia	1999 = 0.586	2007 = 0.499	Brasil	2001 = 0.639	2009 = 0.576	Chile	2000 = 0.564	2009 = 0.524	Colômbia	1999 = 0.572	2010 = 0.578	Costa Rica	1999 = 0.473	2010 = 0.492	México	2000 = 0.542	2010 = 0.481	Paraguai	2001 = 0.558	2010 = 0.533	Peru	2001 = 0.525	2010 = 0.458	Uruguai	1999 = .....	2010 = 0.422	Venezuela (R. B.)	1999 = 0.498	2010 = 0.394	a) Fonte: CEPAL.
-----------	-----	--------------	--------------	---------	--------------	--------------	--------	--------------	--------------	-------	--------------	--------------	----------	--------------	--------------	------------	--------------	--------------	--------	--------------	--------------	----------	--------------	--------------	------	--------------	--------------	---------	--------------	--------------	-------------------	--------------	--------------	------------------

<sup>1</sup> Índice de Gini. "Se utiliza para medir la distribución del ingreso. Es un índice que toma valores en el rango [0,1], donde el valor 0 corresponde a la equidad absoluta y el valor 1 a la inequidad absoluta." CEPAL. *Anuário Estatístico* 2011, p. 141







*Anuário Estatístico*, 2010, pg. 70.

Venezuela (R. B.) 1999 = 0.498 2010 = 0.394

a) Fonte: CEPAL.

*Anuário Estatístico*, 2010, pg. 70.

1999 = 0.498 2010 = 0.394

a) Fonte: CEPAL. *Anuário Estatístico*, 2010,

pg. 70.

2010 = 0.394

a) Fonte: CEPAL. *Anuário Estatístico*, 2010, pg. 70.

a) Fonte: CEPAL. *Anuário Estatístico*, 2010, pg. 70.

a) Fonte: CEPAL. *Anuário Estatístico*, 2010, pg. 70.

b) Dados relativos ao setor urbano

### 3 Alguns aspectos das políticas Sociais de combate à pobreza:

Nas últimas duas décadas novas modalidades de políticas sociais de combate à pobreza foram implementadas em vários países da América Latina. Alguns elementos são comuns entre elas. O primeiro deles é a combinação de políticas universais com programas focalizados, esses introduzidos a partir do diagnóstico de que o Estado seria incapaz de atender todas as demandas para a totalidade da população, ou seja, as políticas sociais de caráter universal passaram a perder terreno ao se combinar e muitas vezes se privilegiar políticas de tipo focalizadas de combate à pobreza extrema.

Na verdade, em vastos territórios, principalmente em países latino americanos como o Brasil, novos desenhos de relações entre o Estado e a sociedade civil vêm sendo elaborados. No que tange especificamente às políticas sociais, destacam-se políticas assistencialistas de tipo focalizado que buscam minorar o abismo social existente entre os mais ricos e os miseráveis, com políticas de transferência de renda direta para famílias inscritas abaixo da linha da pobreza. Em algumas regiões do continente, as condições de pobreza e exclusão social de certos extratos sociais colocam a dimensão do empoderamento e individuação *a posteriori* da criação de condições mínimas de inserção dessas famílias: é o caso do programa Bolsa Família no Brasil, que possui similares em outros países da região, como o México e a Argentina.

Segundo Serrana (2005: 41), aos objetivos de proteção social se somam objetivos de investimentos em capital humano,

por la vía de ligar la transferencia a la condición de que los beneficiarios asuman responsabilidades de asistencia de los niños a la escuela y/o a los servicios de salud. Si se trata de programas de empleo en situación de crisis, vinculan la transferencia con algún compromiso laboral de los participantes. Benefician a grandes volúmenes de población, particularmente em los casos de Oportunidades (ex Progresá) de México, Bolsa Familia de Brasil y Jefas y Jefes de Hogar de Argentina. Algunos de los programas han experimentado ajustes y rediseños en el proceso de ejecución, por ejemplo Oportunidades viene del anterior Progresá, Bolsa Familia fusiona diversos programas similares que se estaban implementando en Brasil

No México, o Programa Oportunidades, implementado desde 2002 buscava promover o desenvolvimento do ser humano através da melhoria da educação, saúde e alimentação de população pobre, especialmente dos filhos e mães pobres, com apoios e incentivos focalizados, via transferências diretas de renda para mulheres com a condição de manter os seus filhos na escola (85% de frequência), manter visitas e cuidados médicos, e participar de atividades educacionais sobre nutrição e saúde.

Inicialmente o programa se chamava Progressá e de 1997 a 2001 era destinado apenas às famílias na zona rural. Já em 2002 mudou o nome para Oportunidades e passou a atender também as famílias pobres da zona urbana, mantendo-se o critério de focalização nas localidades mais pobres. O programa já atingia em 2004 aproximadamente cinco milhões de famílias, com gastos aproximados de 0,2% do PIB.

Já na Argentina implementou-se o “Programa Jefes y Jefas de Hogar Desocupados” que é um

programa muito parecido com outras experiências latino americanas, oferece auxílio em dinheiro para chefes de famílias que perderam suas fontes de remuneração habitual, ou seja, que estão desempregados. A transferência de renda se dá mediante condicionalidades como cuidados com a saúde dos filhos, manutenção das suas atividades escolares e participação dos pais em programas de capacitação ou atividades comunitárias. Tendo nascido no final de 2001, uma vez atendido os critérios estabelecidos, a família participante do programa receberá mensalmente uma remuneração de aproximadamente 150 pesos argentinos (ano de 2002) por um período de um ano renovável periodicamente ao se manter as condições para o recebimento do auxílio.

Em 2003 o programa já atendia aproximadamente 2 milhões de pessoas e se mantém com fundos do tesouro nacional e com empréstimos do Banco Mundial. É importante frisar que o programa em questão coexiste com outros programas complementares destinados a pessoas que não atendem aos condicionantes mas necessitam de auxílio para manter a sobrevivência. É o caso do *Programa de Emergencia Laboral* (PEL) que atende desempregados que não reúnem as condições para se adequar ao Programa Jefes y Jefas. Há também o Programa “*famílias por la Inclusión Social*” cujo objetivo é evitar a exclusão social da família via manutenção dos filhos na escola e o controle da saúde familiar.

O Chile é também um país onde as políticas sociais focalizadas de combate à pobreza foram implementadas. Desta vez com o nome de “Chile Solidário”. Este programa teve início em maio de 2002, como uma iniciativa governamental em resposta a situações dramáticas de vulnerabilidade social, como uma ferramenta para que os indivíduos e famílias pudessem superar a extrema pobreza. O programa oferece benefícios assistenciais e monetários e também apoio psicossocial. O programa está focado nas famílias indigentes estimadas em 6% da população no ano de 2000.

Segundo Serrano (2005: 51) o Chile Solidário define que la inserción social se juega en la satisfacción de siete pilares básicos que, a su vez, se operacionalizan en 53 mínimos. Los pilares son: educación, salud, habitabilidad, trabajo, ingreso, dinámica familiar e identificación”. Assim, o sistema está estruturado em quatro componentes: a) apoio psicossocial, b) vínculos de proteção familiar, c) subsídios monetários e d) acesso privilegiado à programas sociais.

O sistema de Proteção Social Chile Solidário presta assistência de maneira imediata à população miserável, a fim de oferecer acesso à qualidade de vida, e garantir com isso a diminuição de seu sofrimento através do cumprimento de seus direitos básicos enquanto indivíduos. O beneficiário, neste caso, não precisa se submeter a seleções meritocráticas ou esperas que possam deixá-lo à parte do programa, entende-se que uma vez que a pessoa esteja inserida na porção populacional abaixo da linha da pobreza, ser atendida pelo Chile Solidário é um direito, pois vai de encontro com a garantia dos direitos básicos do ser humano.

O programa atende a famílias em situação de extrema pobreza, idosos com mais de 65 anos que vivam sozinhos em situação de pobreza e moradores de rua. É pré-requisito que os beneficiários se enquadrem em alguma dessas três categorias para que sejam atendidos.

Existe uma distinção significativa deste para outros programas de proteção social, o Chile Solidário trabalha com a incorporação de diversos serviços de proteção social oriundos de diferentes instituições a fim de que coordenados possam lograr maior eficácia em seus resultados, uma vez que em geral, respondem às principais carências das camadas mais pobres da população, sendo então voltados aos mesmos beneficiários.

Para tanto, o programa utiliza-se de uma gestão sistêmica por meio de Redes de Intervenção Local, que atuam incisivamente em determinado território, podendo deste modo observar de perto o desenvolvimento do programa, sob liderança do município. Estas possibilitam que sejam cobradas contrapartidas dos beneficiários, com suporte do acompanhamento devido (apoio psicossocial), além disso, existe a intenção de interação de distintas seções territoriais, de modo que se criem condições para que oferta pública de trabalho possa incorporar as necessidades da população mais carente, em seu contexto territorial.

Outro diferencial do programa consiste em sua articulação interna, que faz uso de um Componente de Apoio Psicossocial. Esta ferramenta tem o intuito de estabelecer uma ligação e manter uma relação estreita com o beneficiário, de modo que possa acompanhar o desenvolvimento do projeto e orientar o protegido a fim de que obtenha êxito. Esta relação é dada por intermédio de agentes direcionados, as famílias são acompanhadas pelo apoio à família, os adultos mais velhos pelo apoio monitor da comunidade e os moradores de rua pelo apoio de ONGs. O Apoio Psicossocial também é responsável por propor e desenvolver com essas pessoas diversas atividades, dentro de uma metodologia de trabalho, para que possa assim propiciar igualdade de condições para que os beneficiários do Sistema de Proteção concorram a oportunidades abertas por demais programas, além da garantia de acesso preferencial.

Objetivamente, a superação da extrema pobreza impulsionada pelo Sistema de Proteção Social Chile Solidário é atingida quando os beneficiários do programa alcançam a totalidade da intervenção social, que perpassa pela atribuição de benefícios, intervenção educacional e salutar, apoiados pela intervenção psicossocial e galgam posições sociais dentro das possibilidades apresentadas por programas que na maior parte das vezes são diretamente conveniados ao Chile Solidário, sendo assim, aumentam as chances destas pessoas para que possam garantir um padrão de vida melhor e participar com maior autonomia nos setores familiar, social e produtivo.

No Brasil, o programa mais importante no sentido de transferência de renda para a população pobre e extremamente pobre é o Programa Bolsa Família. As políticas sociais de transferência de renda e de assistência social no Brasil possuem na verdade uma história recente. Nos anos 1990 medidas efetivas de resposta aos problemas da pobreza foram tomadas, como por exemplo, a criação, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, de programas como o “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Agente Jovem, Sentinela, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás.” (WEISSHEIMER, 2006: 28). O passo seguinte se deu no Governo Lula da Silva com a integração de vários programas, dando ensejo por exemplo ao programa Bolsa Família, considerado, em vários círculos, um programa de grande êxito na medida em que contempla aproximadamente 11 milhões de famílias pobres, ou aproximadamente um quarto da população brasileira. Isto posto, o programa Bolsa Família em particular foi idealizado com dois objetivos:

[...] combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias mais pobres. Uma das novidades do programa em relação a iniciativas similares anteriores foi a unificação de todos os benefícios sociais do governo federal (bolsa escola, bolsa alimentação, cartão alimentação e auxílio gás) em um único programa. (WEISSHEIMER, 2006 :25).

Sendo um programa de caráter nacional, sua administração possui também o âmbito nacional, sendo gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para viabilizar seu funcionamento em um país continental, foram instituídas parcerias com as outras esferas de governo, principalmente os estados e os municípios.

O relativo sucesso do programa Bolsa Família em minorar o sofrimento de milhões de pessoas miseráveis esconde novos problemas que as políticas sociais deste tipo trazem. Segundo a análise acurada de Anete Ivo (2008: 29)<sup>2</sup>,

[...] os dados positivos observados na queda dos indicadores das desigualdades em favor das camadas mais pobres têm por base a renda do trabalho. Significam, especialmente, que a renda dos mais pobres cresceu num ritmo mais elevado que a renda dos estratos de trabalhadores com renda média ou alta. O resultado dessa relação, no entanto, expressa

<sup>2</sup> A obra faz uma análise detalhada das teorias que deram substrato às políticas sociais e elabora uma crítica acurada à atual forma de política social focalizada.

também queda da renda média do trabalho, que, em 2006, ainda não havia recuperado o valor de 1996. [...] Isto significa que, apesar de o Brasil ter melhorado os indicadores das desigualdades, não alterou o seu padrão da concentração de renda e, portanto, o conflito redistributivo opera-se fundamentalmente, na base da pirâmide social, entre trabalhadores médios e aqueles com rendimentos mais altos e os setores mais pobres da sociedade.

Além disso, as informações e dados veiculados recentemente na grande imprensa, oriundos das agências e ministérios governamentais do Brasil, demonstram que os recursos despendidos pelo programa Bolsa Família são insuficientes para retirar a população da extrema pobreza<sup>3</sup>. Neste contexto, é possível conjecturar, como fez Francisco de Oliveira (2006), que “as políticas assistencialistas são na verdade políticas de funcionalização da pobreza.

#### 4. Considerações Finais:

Os dados apresentados no gráfico 1 demonstram claramente que de 1980 a 2010 houve uma significativa redução percentual da pobreza na América Latina, ou seja, levando-se em conta o percentual de pobres em relação à população, observa-se que houve uma redução de 40,5% para 32,1% de pobres não indigentes. Entretanto, a redução no percentual de indigentes não acompanhou tal redução, sendo que caiu de 18,6% para 12,9% no período analisado, o que representa uma redução pouco expressiva. No mesmo gráfico podemos verificar que a pobreza em termos absolutos experimentou um significativo e lamentável aumento, ou seja, em termos de número de pessoas pobres na América Latina, houve um aumento de 136 milhões pessoas para 180 milhões de pessoas no período considerado. Nesse sentido, apesar de todos os esforços na implementação de políticas sociais de transferência de renda, os países da América Latina, paradoxalmente, produziram mais 44 milhões de pobres de 1980 a 2010.

Esses dados lançam luz para nossas reflexões sobre a eficácia das políticas sociais de tipo focalizada em prática em vários países da América Latina. Para seus defensores elas trouxeram um grande alívio para as populações carentes e também significam uma mudança radical em relação às estruturas vigentes. Já os críticos poderiam facilmente descartar tais avanços mostrando o número de pessoas pobres e miseráveis na verdade aumentou ao longo do período considerado (1980 – 2010) e nesse sentido, as políticas focalizadas apesar de efetivamente trazer certo alívio para os miseráveis, não trouxe uma real mudança nas relações produtivas e sociais e, nesse sentido, não trouxeram alterações de relevo nas estruturas econômicas e sociais vigentes. Os dados relativos à pobreza relativa corroboram esta hipótese, na medida em que a pobreza relativa sofreu uma redução muito tímida em relação às reais possibilidades abertas para mudanças nas sociedades latino americanas no período. Nesse sentido, pode-se apontar o pouco que se fez na área das reformas sociais necessárias. Por outro lado, algumas reformas neoliberais andaram rapidamente, como por exemplo, nas áreas de privatizações e na reforma previdenciária, que via de regra transferiram setores inteiros dos Estados para a iniciativa privada. A crise econômica mundial acabou por enfraquecer as classes trabalhadoras rurais e urbanas e privilegiar as reformas socioeconômicas nem sempre a favor de seus interesses. Assim, a questão da distribuição mais equitativa da renda e o combate à pobreza absoluta e a desigualdade social continuam a compor o topo da agenda de mudanças necessárias na América Latina.

#### 4. Bibliografia:

CEPAL. Anuário Estatístico, Nações Unidas, 2012.

---

<sup>3</sup> Segundo o terceiro levantamento realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em setembro de 2009, a renda mediana de 65% dos beneficiários do programa de auxílio é inferior a R\$ 70, valor usado pelo governo para caracterizar a linha de extrema pobreza.



- CEPAL. Panorama Social da América Latina, Nações Unidas, 2012.
- CHESNAIS, François. “Capitalismo de Fim de Século”. In: COGGIOLA, O. *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.
- FITOUSSI, J. P.; ROSANVALLON, P. *A nova era das desigualdades*. Oeiras: Celta, 1997.
- GENNARI, Adilson M. & ALBUQUERQUE, Cristina M. P. Políticas Públicas e Desigualdades Sociais no mundo contemporâneo: debates e práticas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- HABERMAS, J. A nova opacidade: a crise do Estado-providência e o esgotamento das energias utópicas. Separata de: *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, p.115-128, 1985.
- IVO, Anete B. L. *Viver por um fio: pobreza e políticas sociais*. São Paulo: Annablume, 2008.
- LASH, S. A reflexividade e seus duplos. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Oeiras: Celta, 2000. p.105-164.
- MARX, Karl. e ENGELS, Friederich. O Manifesto Comunista. São Paulo: CHED Editorial, 1980.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo/ Campinas: Editora Boitempo/ Editora da Unicamp, 2002.
- OLIVEIRA, F. O momento Lênin. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n.75, p.23-47, jul. 2006a.
- OLIVEIRA, F. Neoliberalismo y sectores dominantes. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006b. p.274.
- ROSANVALLON, P. *La nouvelle question sociale: repenser l'état-providence*. Paris: Éditions du Seuil, 1995.
- SERRANO, Claudia. La Política Social en la Globalización. Programas de protección em América Latina. Santiago do Chile: Nações Unidas, agosto del 2005.
- SINGER, Paul. “cidadania para todos”. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla (org.) *História da Cidadania*. São Paulo: contexto, 2008.
- SHELLING, T. C. *The strategy of conflict*. Harvard University Press, 1980.
- YOUNG, J. *The exclusive society*. London: Sage, 1999.
- WEISSHEIMER, M. A. *Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias brasileira*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.